

MACHISMO, RACISMO, CAPITALISMO IDENTITÁRIO: AS ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS
PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE [PABLO POLESE]

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.57989>

Renan Gomes de Moura¹

Título: Machismo, racismo, capitalismo identitário: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade

Autor: Pablo Polese

Cidade e editora: São Paulo: Hedra

Ano da publicação: 2021

Páginas: 230

A apropriação do capitalismo das pautas identitárias é um fenômeno complexo e controverso que tem gerado debates acalorados nos últimos anos. As pautas identitárias, que se concentram em questões relacionadas à raça, gênero, orientação sexual e outras formas de identidade, têm sido historicamente marginalizadas e desconsideradas pelo sistema econômico dominante. No entanto, nos tempos modernos, observamos uma crescente comercialização dessas questões, o que levanta questões importantes. Esse aspecto do capitalismo é chamado por Pablo Polese de capitalismo identitário e o autor joga luz a essa discussão em sua obra intitulada “machismo, racismo, capitalismo identitário: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade.

O livro de Pablo Polese (2021) explora como as empresas capitalistas estão lidando com as demandas sociais das lutas identitárias, especialmente aquelas relacionadas ao feminismo e à igualdade racial. Ele destaca que as empresas consideradas inovadoras, impulsionadas pelo capitalismo, estão adotando essas reivindicações e formas de identitarismo não com foco nas questões sociais, mas sim como impulsionadoras da produtividade. Isso difere historicamente das lutas dos trabalhadores, as quais eram inicialmente derrotadas e posteriormente absorvidas pelo capitalismo após a burocratização.

No caso do identitarismo, não há essa deturpação. As empresas incorporam essas questões diretamente em suas operações, criando uma infraestrutura social que atende às demandas das populações marginalizadas e das lutas contra a opressão racial, de gênero e sexual, ludibriando os trabalhadores. Isso acaba desviando a atenção do trabalhador das pautas trabalhistas, pois há uma tendência de priorizar as

questões identitárias. Isso, por sua vez, fortalece as raízes políticas, ideológicas e culturais das empresas em suas comunidades, estreitando os laços entre empregadores e empregados. As pressões das lutas identitárias também impulsionam o desenvolvimento capitalista, estimulando a dinâmica das elites empresariais e tornando a diversidade uma fonte de lucro. Em resumo, o livro trata de como os capitalistas estão transformando a luta contra o machismo, homofobia e racismo em algo vantajoso para seus negócios.

A obra é organizada em quatorze seções. As seções são divididas nos seguintes temas: O capital transacional e a seleção de gestores; A infraestrutura social da mais-valia; Machismo, racismo, capitalismo; identitarismo e desenvolvimento capitalista; Empoderamento feminino e lucro; As empresas e a agenda da diversidade; A ONU Mulheres nas empresas, governos e universidades; Empoderamento feminino e desenvolvimento sustentável; sete princípios de empoderamento das mulheres; Uma convergência de interesses entre feminismos e instituições capitalistas?; A pressão modernizante das lutas identitárias; Periferia empoderada; Modernizam as empresas e arcaizam os trabalhadores?

Na seção “O capital transacional e a seleção de gestores” é exposto que atualmente, as empresas estão abandonando o antigo modelo de contratar exclusivamente gestores de origem branca, que atuam em todas as filiais da organização. Em vez disso, estão adotando uma abordagem mais “inclusiva”, priorizando a contratação de gestores que demonstrem representatividade identitária para a população local, facilitando assim a transnacionalização do capital.

Em “A infraestrutura social da mais-valia” o autor relata que na contemporaneidade as empresas conseguem maximizar seus lucros por meio da mais-valia relativa. O aumento da produtividade está relacionado à capacidade de produzir um maior número de bens e serviços com um menor tempo de trabalho incorporado (valor) em cada um deles. Esse fenômeno é impulsionado pelos mecanismos da mais-valia relativa, que representam os meios de ampliar a exploração através do desenvolvimento das forças produtivas. Os capitalistas utilizam esses mecanismos em suas disputas durante os conflitos de classe e na competição entre diferentes capitais. Logo, para o sistema capitalista “os mecanismos de mais-valia-relativa não eliminam a extração de mais-valia-absoluta, mas tão somente a deixam em segundo plano, usando, quando necessário, os mecanismos de incremento da exploração via força, coerção e violência ou [...] os elementos de discriminação” (POLESE, 2021, p.33).

Na seção "Machismo, racismo, capitalismo", Polese aborda a conexão entre esses três elementos, especialmente no ambiente profissional. Destaca a visão de Irene Cano, do Facebook, sobre avanços femininos na área tecnológica, apesar dos desafios persistentes. O autor menciona como grandes empresas fingem superar preconceitos por necessidade prática, embora seus gestores possam ainda ter preconceitos na vida pessoal. No entanto, discriminações persistem no trabalho, incluindo microagressões e assédio, afetando sobretudo mulheres, minorias étnicas e LGBTQ+. Estatísticas ilustram o impacto dessas discriminações, como disparidades salariais, violência contra mulheres e sub-representação em cargos de liderança. Além disso, critica a teoria dos privilégios por focar excessivamente em comportamentos individuais, fragmentando a luta coletiva. Polese argumenta que os movimentos identitários, embora desafiem o sistema, podem inadvertidamente fortalecer o capitalismo em vez de combatê-lo. O autor

destaca a importância de compreender essas questões dentro do amplo contexto das estruturas sociais, como o capitalismo, e suas interseções com opressões de gênero, raça e orientação sexual, pois “a empresa contrata mulheres e pessoas de cor não apenas porque lhes paga em média um salário inferior, mas também porque junto com seus lucros cresce também a imagem da empresa como empresa “cidadã”, de “responsabilidade social”, que adere à “agenda da diversidade”” (POLESE, 2021, p.44).

Em "Identitarismo e desenvolvimento capitalista", Polese argumenta que os movimentos identitários fortalecem o capitalismo ao promoverem a inclusão de minorias em posições de liderança, renovando as elites e oferecendo gestores para grandes corporações. Contudo, essa renovação das classes dominantes reforça o poder do capitalismo, ampliando sua aceitação entre minorias e trabalhadores subalternos, sem necessariamente eliminar as discriminações estruturais enfrentadas historicamente por esses grupos. Apesar dos avanços na integração, persiste a desigualdade no mercado de trabalho, permitindo a exploração de mulheres, negros, LGBTQ+ e minorias étnicas, o que contribui para a exploração geral da classe trabalhadora.

Polese destaca como as lutas identitárias podem inadvertidamente reforçar a exploração, evidenciando que trabalhadores mais qualificados, independentemente de sua origem ou identidade, são menos explorados. Ele ressalta a importância de as empresas adotarem a diversidade não apenas como obrigação, mas como uma estratégia para o melhor desempenho dos negócios. Embora as lutas identitárias avancem com a modernização econômica e política, Polese nota que em países onde persiste uma mentalidade escravocrata entre as elites, os preconceitos continuam atrasando o progresso nas questões identitárias.

Na seção "Empoderamento feminino e lucro", o autor destaca pesquisas que apontam que empresas com mais diversidade de gênero e raça em seus quadros executivos tendem a ter melhores resultados financeiros. Esses estudos mostram que a presença feminina em liderança está ligada a retornos financeiros superiores, atribuídos tanto à valorização de empresas não discriminatórias quanto à contribuição das mulheres para a diversidade de habilidades. A inclusão e diversidade também estão associadas a maior lucratividade, especialmente em empresas com equilíbrio de gênero em cargos de comando. Além disso, estudos ressaltam os benefícios econômicos da inclusão de mulheres e pessoas de diferentes origens étnicas e sexuais. Resumidamente, a diversidade nos níveis de liderança e na força de trabalho está fortemente ligada a maior lucratividade, com a presença de mulheres em cargos de liderança sendo vista como um fator-chave devido à sua ampla gama de habilidades e perspectivas. Sendo assim “quanto maior a diversidade da força de trabalho e dos cargos de comando das empresas é sinônimo de maior lucratividade” (POLESE, 2021, p.69).

Na seção "As empresas e a agenda da diversidade", Pablo Polese aborda a desigualdade racial e de gênero em São Paulo, Brasil, no contexto empresarial e midiático. Destaca a discrepância entre brancos e negros em cargos de liderança, defendendo a necessidade de políticas afirmativas para promover a diversidade empresarial. Menciona iniciativas globais e locais, como em Portugal, onde empresas se comprometem com a igualdade de gênero e diversidade racial, evidenciando a preocupação organizacional com questões identitárias. O autor critica a instrumentalização dessas questões por empresas e governos

para ganhos políticos e econômicos, apontando o financiamento desses movimentos por entidades como a Fundação Ford. Destaca que a orientação ideológica e o controle da produção teórica podem fortalecer práticas que mantêm o sistema capitalista.

Polese (2021, p.86) afirma que “Fundamentando-se na legitimidade inquestionável das questões relacionadas às opressões e discriminação de raça, gênero e sexualidade, as bandeiras e pautas das lutas identitárias têm sido apropriadas por empresas e organizações governamentais para fins políticos e econômicos”

Na seção "ONU Mulheres: empresas, governos, universidades", o autor examina o Plano Estratégico da ONU Mulheres (2014-2017) com ênfase na campanha "ElesPorElas", reconhecendo o papel dos homens na busca pela igualdade de gênero. Destaca a necessidade de engajamento masculino nessa luta e cita a Universidade de São Paulo como exemplo, porém critica a abordagem hierárquica da instituição, que pode resultar em práticas punitivas contra homens. O texto ressalta a exclusão de homens em certas políticas de combate ao machismo, contrastando com as iniciativas da ONU Mulheres que reconhecem a importância do envolvimento masculino na luta contra a violência de gênero, inclusive em contextos de guerra. Questiona ainda a integração plena das mulheres no sistema capitalista, levantando dúvidas sobre a sustentabilidade de um modelo "Capitalismo colorido", onde diferentes sexos, cores e orientações ocupariam postos de comando, mas mantendo estruturas de exploração.

A seção "Empoderamento feminino e desenvolvimento sustentável" destaca a relação entre desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero, como visto no documento "O futuro que as mulheres querem" da ONU. Propõe a integração da perspectiva de gênero em políticas e estratégias de desenvolvimento, com investimentos específicos para o empoderamento feminino. Destaca uma iniciativa de nove países para atrair mulheres jovens para carreiras na energia limpa e aborda a importância de evitar a marginalização das mulheres em empregos precários, defendendo trabalho decente para ambos os gêneros e apoio ao avanço das mulheres em cargos de liderança. Propõe a integração dos conceitos de igualdade de gênero, empoderamento feminino e direitos humanos na educação, incentivando mulheres e homens a seguirem áreas não tradicionais de estudo, porém “uma das ideologias mais fortes do capitalismo atual tem sido a do desenvolvimento sustentável enquanto alternativa para a perpetuação dos níveis de crescimento econômico e lucratividade das empresas” (POLESE, 2021, p.97).

A seção “Sete princípios de empoderamento das mulheres” Polese evidencia como as grandes empresas transnacionais têm se engajado na integração das mulheres de maneira economicamente vantajosa, como indicado nos Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU. Esses princípios incluem: Liderança promovendo igualdade de gênero; Igualdade de oportunidades, inclusão e não-discriminação; Saúde, segurança e fim da violência; Educação e formação; Desenvolvimento empresarial e práticas da cadeia de fornecedores e marketing; Liderança comunitária e envolvimento; Transparência, medição e relatórios. Sobre as possíveis divergências entre organizações de esquerda feminista e práticas empresariais que buscam lucrar com pautas identitárias, o texto destaca uma preocupação. Ele questiona se a promoção da igualdade de gênero dentro do sistema capitalista realmente constrói uma sociedade mais justa ou apenas reforça suas bases de exploração e opressão. Ele aponta que, se a esquerda não

oferecer respostas concretas às demandas de grupos marginalizados, o identitarismo pode acabar direcionando lutas de maneira pouco eficaz para melhorar as condições de vida desses grupos na classe trabalhadora.

Em "Uma convergência de interesses entre feminismo e instituições capitalistas?", Polese destaca a crescente presença de mulheres e, em menor escala, de negros, em cargos de liderança corporativa e pública. Isso levanta questionamentos sobre a interligação entre machismo, racismo e capitalismo. Movimentos feministas e antirracistas pressionam empresas como Apple, Google, Facebook, Twitter e Intel a adotar medidas para contratar mais mulheres e minorias, investindo em programas desde a educação básica para promover ambientes inclusivos. O autor ressalta a importância da diversidade nos negócios, evidenciando mudanças na abordagem das empresas em relação a questões sociais e culturais, refletindo exemplos históricos e contemporâneos. Destaca-se a vantagem das equipes diversas em enriquecer a "inteligência coletiva", enquanto no cenário brasileiro aponta políticas de cotas como uma forma de promover a igualdade no mercado de trabalho. Polese observa as medidas empresariais para promover a igualdade de gênero e reconhece desigualdades persistentes, especialmente em regiões como Oriente Médio e África Subsaariana. A mudança de paradigma destaca a importância crescente da diversidade e inclusão não apenas eticamente, mas também pelo impacto nos negócios e na inovação.

Na seção "A pressão modernizante das lutas identitárias", o autor explora como políticas de cotas e bandeiras inclusivas, baseadas na política identitária, impactam a exploração econômica. Argumenta que essas políticas pressionam os capitalistas a se modernizarem, encontrando novas formas de exploração que atendam às demandas identitárias sem prejudicar a lucratividade. Destaca críticas às cotas, apontando que podem promover novas elites e gerar debates sobre ressentimento e ascensão social. Polese sugere que essas políticas, ao facilitarem o acesso a cargos de gestão, renovam o sistema capitalista, garantindo legitimidade e dinamizando seu desenvolvimento. Conclui que as lutas identitárias pressionam o capitalismo a padronizar as formas de exploração, fortalecendo seu poder e impulsionando o desenvolvimento econômico.

Em "Periferia empoderada – Geopolítica" Polese discute como as empresas têm evoluído em suas estratégias de recrutamento, integrando bandeiras identitárias para melhorar suas condições e buscar inovação. Destaca-se que as empresas transnacionais estabelecem centros de Pesquisa e Desenvolvimento em suas filiais, alterando a dinâmica do colonialismo e do imperialismo ao impulsionar inovações locais, não apenas adaptando tecnologias da matriz. O impacto desses centros de P&D na geração de inovações com valor agregado é enfatizado, desafiando antigas teorias anti-imperialistas. Empresas brasileiras transnacionais têm expandido suas operações em países da América Latina e África, evidenciando um crescimento imperialista do capitalismo brasileiro.

A inclusão de mulheres, negros e nativos em instituições de P&D e em cargos de comando é apresentada como uma estratégia de legitimação das empresas nos locais onde investem. Há menção a estudos que defendem a promoção da diversidade racial como contribuição para uma sociedade mais justa e uma economia mais competitiva.

Na seção “Periferia empoderada – Populações” o autor aborda duas perspectivas do empoderamento da “periferia”. Além do viés geopolítico e da divisão global do trabalho, há uma relação direta com as populações que vivem nas áreas periféricas das grandes cidades. A política identitária desempenha um papel crucial nesse segundo sentido, contribuindo para o sucesso da função estatal em administrar as crises econômicas em parceria com as empresas.

Polese discute como a intervenção estatal, exemplificada pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Brasil, reflete uma abordagem repressiva para manter a ordem, especialmente em períodos de queda no crescimento econômico ou crises do sistema capitalista. Há uma tendência crescente de reduzir a política à “política de segurança”, ampliando o aparato estatal de vigilância e repressão. Na periferia, o identitarismo promove a valorização da “identidade periférica”. Artistas e empreendedores locais se envolvem na produção cultural e na criação de negócios próprios, buscando reconhecimento e sustento econômico. Essas iniciativas culturais servem não apenas como expressão artística, mas também como forma de sobrevivência para grupos sociais marginalizados.

No entanto, existe uma ambiguidade nesse processo, pois, embora pareça resistir à mercantilização da cultura periférica, muitas dessas iniciativas acabam se tornando produtos de um sistema que aspira à assimilação capitalista. A mercantilização é reforçada pela obtenção de financiamento, que muitas vezes é limitado nas periferias em comparação com regiões mais ricas.

Essa dinâmica se conecta à estratégia estatal e empresarial de intervenção por meio de ONGs, resultando na assimilação da ideologia identitária e neoliberal pelas classes trabalhadoras. Isso pode fragmentar as lutas sociais ao ampliar divisões entre trabalhadores baseadas em raça, gênero, cultura e localização geográfica.

Polese discute a divisão na extrema esquerda sobre quem tem voz e quem não tem, destacando a rebelião contra o silenciamento histórico das opressões de gênero, raça e sexualidade. No entanto, isso acaba neutralizando membros que não se encaixam no padrão de “sujeito historicamente oprimido” ou discordam das estratégias políticas. Há uma crítica à instrumentalização desses movimentos pela indústria cultural, onde a promoção da cultura periférica serve aos interesses políticos e econômicos.

Ele destaca como a valorização da cultura periférica se tornou um produto lucrativo para o mercado, com exemplos como exposições, festivais e projetos culturais sendo patrocinados por setores governamentais e empresariais. Isso se intensificou após a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) nas favelas cariocas, canalizando interesses de lucro e controle social sobre a criatividade das comunidades marginalizadas. Segundo o autor “foi a partir da implantação das UPP em 2008 que as confluências de interesse entre Estado, empresa e indivíduos foram canalizadas num objetivo de lucro e apassivamento” (POLESE, 2021, p.155). O texto também aponta a transformação da imagem das favelas, antes vistas como perigosas, para lugares de criatividade e empreendedorismo cultural. Tal transformação decorre do capitalismo, que tendeu a romantizar a marginalidade e a periferia, criando a identidade periférica, levando muitos moradores das periferias a se afirmarem por meio dessa identidade.

Além disso, o autor menciona a falta de recursos e organização em alguns lugares, como Recife, onde a política identitária pode servir para manter um certo grupo no controle da produção cultural,

dificultando que artistas da periferia ganhem espaço. A crítica principal reside na mercadorização da cultura periférica, onde o reconhecimento e sucesso estão ligados à conformidade com padrões estabelecidos, deixando de lado potenciais questionamentos ao sistema.

Polese aborda a presença das igrejas na formação da identidade religiosa, restringindo a consciência de classe e direcionando as questões para o plano individual, alinhando-se com a lógica neoliberal. O autor destaca também a fragmentação causada pela ideologia identitária na classe trabalhadora. Os artistas periféricos usam identidades territoriais para reivindicar reconhecimento político, apelando para financiamentos e um lugar no mercado através do acionamento identitário. A transformação da cultura periférica em mercadoria impulsiona uma transformação social em projeção e afirmação pessoal, alinhada aos interesses capitalistas.

Há uma preocupação sobre como os artistas periféricos podem negociar com políticos e empresários sem perder a crítica à ordem vigente. A crise na esquerda e o foco fragmentado no identitarismo afastam a perspectiva de luta unificada da classe trabalhadora. A ação estatal, especialmente com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), é vista como um mecanismo para administrar crises, utilizando estratégias como microcrédito para empreendedores locais. Isso se vincula a uma instrumentalização da cultura e da pobreza para objetivos imobiliários, fundiários e de valorização econômica, ligados às políticas identitárias. A chegada de agências bancárias como o Bradesco nessas comunidades também é observada como um ponto significativo após a "pacificação". Polese explora como as políticas estatais, especialmente aquelas relacionadas à gestão da pobreza, se alinham à lógica neoliberal, promovendo a ideia do indivíduo como um empreendedor de si mesmo. O neoliberalismo enfatiza a autonomia, o consumo e a escolha ativa, transformando a inclusão social em um modelo baseado no empreendedorismo individual.

Já a última seção, intitulada "Modernizam as empresas e arcaízam os trabalhadores?" o autor discute como a política identitária, apesar de lidar com questões reais de racismo, machismo e outras formas de opressão, também fortalece o capitalismo ao fragmentar a classe trabalhadora e ressuscitar diferenciações biologizantes e tradições culturais. Isso gera um conflito entre as demandas imediatas por justiça e as lutas de longo prazo contra a exploração capitalista. As formas de enfrentamento das opressões, dissociadas da perspectiva de mudança das relações sociais de exploração, acabam fortalecendo o sistema capitalista. A extrema esquerda se vê num impasse, já que as abordagens tradicionais não respondem satisfatoriamente às demandas identitárias, e as iniciativas isoladas contra as opressões acabam reforçando o sistema que tentam negar.

O capitalismo tem uma capacidade de absorver e recuperar demandas sociais e formas de luta, exceto aquelas que contestam diretamente a relação de exploração do trabalho. As lutas por diversidade só não são assimiladas quando estão inseridas em relações sociais radicalmente distintas das capitalistas. A luta contra as opressões deve ser incorporada dentro da classe trabalhadora, visando educar e mudar as mentalidades discriminatórias presentes. Isso não se dá por dívidas históricas, mas porque a sociedade igualitária deve ser construída desde as lutas sociais, moldando novas relações sociais não discriminatórias. Ao entender como o capitalismo recupera as conquistas das lutas por diversidade, podemos repensar

nossas estratégias de luta e as teorias que as embasam, visando criar formas de resistência ideológica e material mais eficazes.

Nas considerações finais o autor destaca as problemáticas das propostas identitárias no contexto do anticapitalismo. Enfatiza a necessidade de inventar e construir bases políticas que combatam tanto a exploração quanto o racismo, machismo e outras formas de discriminação. Polese destaca a relação entre o capitalismo e essas formas de opressão, ressaltando como empresas e governos transformam lutas identitárias em algo lucrativo que fortalece o sistema. A importância de estar atento às apropriações capitalistas das lutas por uma vida melhor, levantadas pelos trabalhadores, é enfatizada. Reconhecer os erros estratégicos das lutas sociais empreendidas até então é considerado um primeiro passo para enfrentar os desafios impostos pela história.

Referências:

POLESE, Pablo. **Machismo, racismo, capitalismo identitário**: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade. São Paulo: Hedra, 2021.

Notas

¹ Doutor em Administração (Unigranrio). Professor do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Unigranrio. Líder do grupo de pesquisa Afrogens (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3513976165444945). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7825583906742125>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6605-1631>. E-mail: renangmoura@gmail.com.

Recebido em: 26 de nov. 2023

Aprovado em: 13 de dez. 2023